

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel;

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 106.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 8 de Agosto de 1972 - (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domício Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Muggiati Filho — Odilon Reinhardt — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Costa — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Nivaldo Krüger — Ovidio Franzoni. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 119-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 258-71, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, que acresce ao artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 9.8.71, o parágrafo que especifica. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. NELSON BUFFARA — (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Tem sido norma nesta Casa, todos os vetos apostados pelo Sr. Governador do Estado serem mantidos por razões que eu não discuto, e nem mesmo tenho condições para saber razões que levam os Srs. Deputados a, via de regra, manterem os vetos apostados pelo Sr. Governador. No entanto, este reveste-se, na minha opinião, de características especiais, eis que no veto apostado pelo Sr. Governador, na sua justificativa, ao vetá-lo, disse S. Exa., entre outras coisas, que o veto apostado tinha sido em razão do imperativo constitucional e que mesmo isto não impedia que fosse examinado pelos órgãos competentes da Administração. Na nossa iniciativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa pretensão foi fazer com que o benefício do Artigo 12 da Lei n.º 6.212 de 9 de agosto de 71, fosse estendida aos inativos do Departamento de Rendas Internas, DRI, isto porque esta lei de agosto de 71 deu 2/3 de benefícios aos funcionários do DRI, evidentemente aqueles que estavam no exercício de suas funções. Nós entendíamos e entendemos e os nobres Deputados não de convir conosco: este benefício ipso facto, poderia ser estendido aos funcionários aposentados, inativos do DRI; assim não entendeu S. Exa., por, entender que a matéria era de exclusiva competência do Executivo. Não contestamos. Mas é evidente que se o Sr. Governador disse e eu repito que a matéria devia ser examinada pelos órgãos competentes. Por que razão não sabemos, isto tornou-se tradição nesta Casa, mas que poderia ser quebrada, rejeitando-se este veto porque, além de trazer benefícios não é privilégio, por que houve lei concreta. Um mandado de segurança faria com que os beneficiados gozassem a medida legal, porque houve lei há um ano atrás, dando benefícios aos funcionários da ativa e entre eles poderia ser extensivo aos inativos. Concito os Srs. Deputados a fazerem justiça: talvez a minha palavra não encontre ressonância, não por não ser eu Deputado da Arena, porque Projetos de Deputados da Arena vetados pelo Sr. Governador foram mantidos nesta Casa. Mas este veto é diferente dos demais; acredito que os Srs., além de procederem corretamente, tenho certeza que os Srs. haverão de assim querer fazer justiça, apenas com 120 funcionários, que, em média, ganham 500 cruzeiros mensais e estes 2/3 serão irrisórios para a economia do nosso Estado, não afetará as finanças da família do Estado e os Srs. Deputados teriam oportunidade excelente de não discordando do Sr. Governador, mas teriam elementos de sobra para justificar-se assim S. Exa., entender, a rejeição deste veto que eu advogo nesta Tribuna e peço aos Srs. Deputados que examinem a maneira para vetá-lo conscientemente. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra pela ordem, o Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que me concedesse dois minutos, no máximo cinco, para que se verificasse a ocasião em que foi vetado este Projeto do Sr. Governador, se foi verdade em que prazo oportuno.

Peço dois minutos para fazer esta constatação. — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE — Em votação.
— Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, quarta-feira, dia 9, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 51.72

Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 107.ª Sessão Ordinária
Realizada em 8 de Agosto de 1972 - (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domício Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Muggiati Filho — Odilon Reinhardt — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Costa — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Nivaldo Krüger — Ovidio Franzoni e Paulo Camargo. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

OFÍCIO:

Sob o n.º 956-72, do Senhor Ivo Simas Moreira, Secretário de Estado dos Negócios do Governo, comunicando que atendendo à convocação formulada pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, comparecerá nesta Assembléia no dia 14 do corrente, às 11,00 horas. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTO:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, no sentido de que aquela autoridade tome urgentes providências com relação à situação das serventes da Secretaria da Educação e Cultura, que estão numa situação calamitosa, tanto em relação aos vencimentos, como na sua parte funcional.

Não se pode compreender, Senhor Presidente, que serventes, algumas com mais de dez anos de serviço ao Estado, não possuam estabilidade na função, não tenham direito à assistência social e também recebem salário família, percebendo apenas oito vencimentos durante o ano, já que não lhes dão o direito das férias remuneradas.

Como se isso não bastasse, seus poucos vencimentos jamais chegam na época certa, atrasando, como no caso presente.

Não se pode estranhar, nem criticar o fato ímpar, que vem acontecendo em nosso Estado, qual seja o Executivo ser intimado a pagar na Justiça do Trabalho, aquilo de direito que requerem seus funcionários regidos pela CLT.

Segundo sabemos, no presente momento, mais de 400 ações trabalhistas estão sendo movidas contra o Poder Executivo pela falta de atendimento das Leis Trabalhistas que o País assegura a seu povo.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1972.

(a) Domício Scaramella

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei N.º 121.72

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — A Assembléia Legislativa concede os Diplomas de Cidadão Benemérito e Honorário aos Generais Ernesto Geisel, Presidente da Petrobrás Brasileiro S. A. — PETROBRAS, — e Araken de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1972.

(a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, em função dos altos interesses da sua economia, vinha pleiteando, desde há muito, a implantação de uma Refinaria de Petróleo. Movimentaram-se, em tal sentido, o Governo Estadual, a Imprensa, a Associação Comercial do Paraná e a Federação das Indústrias do Paraná, além de outros setores intelectuais, sociais, políticos e econômicos.

A justa reivindicação encontrou eco no seio desta Casa, que, em repetidas vezes, se tornou porta voz dos anseios do nosso Povo.

Quando Presidente da PETROBRAS, o Gen. Idílio Sardenberg, estritamente vinculado a esta terra, acolheu as solicitações e determinou a realização do estudo de viabilidade econômica e do respectivo projeto.

Mas, infelizmente, apesar do impulso de progresso econômico de que o nosso Estado se achava tomado na época, as condições não aconselhavam, naquele momento, tamanho volume de investimentos, razão pela qual a execução do projeto teve de ser transferida para ocasião mais propícia.

O crescimento econômico prosseguiu, e, hoje em dia, o Paraná ocupa merecida posição de relevo em face da Economia Brasileira, com uma agricultura aprimorada e com progressivos aumentos nos índices de produção industrial.

Tudo isso forçou a multiplicação de frota de caminhões-tanque nas estradas a-fim-de suprir as necessidades de abastecimento de óleos combustíveis da indústria, do comércio, da lavoura e da pecuária. Mas, essas frota representam, na realidade, um desperdício de investimentos em veículos, po-

gas e acessórios, além do desgaste que provocam no leito das rodovias e, consequentemente, impõem aos Órgãos Públicos a obrigatoriedade de despesas na manutenção e conserva da pavimentação respectiva.

A Refinaria de Petróleo, com um projeto de oleodutos para execução posterior, contribuirá para a diminuição dos custos, e contribuirá, principalmente, para um novo impulso à Economia do Estado.

O General Ernesto Geisel, à frente da PETROBRAS, retomou a reivindicação paranaense, pois, tendo exercido importantes postos na 5.a Região Militar, inclusive o de Chefe do seu respectivo Estado Maior, assimilou a realidade econômica do Estado.

O projeto da Refinaria de Petróleo reasceu nos Departamentos Técnicos da PETROBRAS, porque, agora, oportuno e altamente rentável. E, impulsionado pelo entusiasmo e pela ampla visão administrativa do Gen. Ernesto Geisel, teve encaminhamento rápido.

Submetido, como de lei, à apreciação do Conselho Nacional de Petróleo, presidido pela figura ilustre do Gen. Araken de Oliveira, esse Órgão de cúpula da política petrolífera brasileira houve por bem aprová-lo em memorável Sessão, no mes de março último.

Após tais eventos, o Estado do Paraná se rejubilou pela significativa conquista, certo de que a Refinaria de Petróleo, a ser construída no Município de Araucária, vai originar numerosas indústrias satélites, que a alimentação, assim como vai permitir em futuro não remoto, poderoso parque de indústrias petroquímicas.

A Refinaria e as novas indústrias irão utilizar substancial volume de mão-de-obra local, permitindo, sobretudo, a sua especialização técnica, com reflexos na política de salários e de outros benefícios Centenas de famílias encontrarão, aí, não só a garantia de simples subsistência, mas, também, perspectivas mais largas de elevação do seu nível de vida e de progresso material e cultural.

O Paraná fica devendo aos Generais Ernesto Geisel e Araken de Oliveira inestimável serviço, e esta Casa, como intérprete dos sentimentos do Povo Paranaense, deve externar, de forma palpável e expressiva, o júbilo e a gratidão de todos nós.

A concessão dos Diplomas de Cidadão Benemérito e Honorário aos Generais Ernesto Geisel e Araken de Oliveira apenas nos honrará, porque mostrará ser esta Casa mui sensível aos Atos positivos de brasilidade, como o em foco, e os quais tantos benefícios acarretarão para a Terra e para o Povo do Paraná.

O presente Projeto de Lei é constitucional. E, sobremaneira, justo. Por isso, há de merecer a aprovação unânime desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A tri-centenária cidade de Paranaguá, que na semana próxima passada comemorou 325 anos de existência, tem dentro de seu patrimônio um Clube Recreativo dos mais antigos do Estado do Paraná, que comemora seu centenário de fundação. E o Clube Literário de Paranaguá e esta data, Sr. Presidente, não poderia passar despercebida por este Deputado que nasceu naquela cidade.

Ao encaminharmos requerimento propondo consignação nos Anais da Casa de um voto de regozijo por aquela efeméride, queremos dizer qualquer coisa sobre o que significa para nós, já que foi o início de nossa civilização e de nossa cultura.

Passo a ler trecho da vida do Clube Literário.

"Comemora-se amanhã, na tradicional e progressista Paranaguá, o Centenário do Clube Literário daquela cidade, entidade que tanto tem representado para a vida social e cultural, não só local, como de nosso Estado.

Com efeito, se passarmos os olhos sobre a relação de associados que, por gerações, têm privado de seu convívio social, veremos um sem número de nomes que representaram o auge da pujança política, social e cultural do Paraná.

Desde os primeiros instantes, quando, à luz de velas e utilizando caixotes de madeira como mobiliário, seus doze abnegados fundadores lançaram as bases da bela realidade que hoje se consubstancia no Clube Literário de Paranaguá, cem anos se passaram.

Cem anos de lutas, de glórias, de tradição e de brasilidade.

Cem anos de calor humano, de inteligência, de alegria e de dores — por que não? — quando alguns de seus mais significativos representantes desapareceram.

Mas, daquele sonho e daquelas esperanças, a obra perdurou. E hoje está aí, centenária, mas jovem; tradicional, mas alegre, que faz parte da vida de seus associados, onde alguns viram crescer seus filhos... e os filhos dos seus filhos.

E por isto, Sr. Presidente, pelo que significa a data de amanhã para a vida de Paranaguá é que, usando minhas atribuições regimentais, encaminho a V. Exa. o seguinte Requerimento: (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo, pela passagem, amanhã, da data em que se comemora o Centenário do Clube Literário de Paranaguá.

Tal entidade, uma tradição da vida social e cultural de Paranaguá e que tantos nomes ilustres tem obrigado em seu quadro social, se constitui, sem dúvida um dos mais brilhantes marcos nas conquistas culturais do povo paranaense.

Requer-se outrossim, que seja dada ciência da medida ora proposta à Diretoria da entidade em apreço, através de seu Presidente, Dr. Antonio José Sant'Ana Lobo Netto.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1972".

Inclusive acrescentamos que tal entidade, uma tradição da vida social, cultural e política, que tantos nomes ilustres tem abrigado em seu quadro social, constitui-se num dos mais belos marcos de cultura do povo paranaense.

Requeremos que seja dada ciência ao Presidente do Clube Literário do voto aqui proposto.

Fazemos este comentário sem querermos ser agradáveis ao povo de Paranaguá e à pleiade de homens que dirigem aquele Clube. O fazemos com altivez, o fazemos porque estamos certos de que é um imperativo de justiça rendermos homenagem a Paranaguá pelo seu passado de glória, por tudo que existe de belo e tradicional naquela cidade e pelo que representa este Clube na história política, social e econômica de Paranaguá. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, está livre a palavra. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, no Pequeno e no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160-71, de autoria dos Deputados Basílio Zanusso e Ovidio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 118-72, aprova em todos os seus termos o Convênio celebrado a 15.2.71, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, objetivando execução dos serviços de construção, melhoria, pavimentação e conservação da estrada — PR-54, trecho Guaratuba — BR — 468 (GARUVA — SANTA CATARINA — sub trecho Garuva). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo considerar de Utilidade Pública, à Associação Paranaense de Assistência ao Paraplegico. — Parecer favorável da C.C.J. — **COM SUBSTITUTIVO.** — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que disciplina financiamentos para construção ou ampliação de indústrias que possam provocar poluição do ar, água ou solo, se o referido financiamento, for concedido por órgão de economia mista em que o Estado seja majoritário. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a Maria Tereza Soares, residente na localidade de Rio Abaixo, Município de Castro. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 192-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a Maria Tereza Soares, filha de Aniceto Soares e Ana Luiza Alves Pereira, residente em Rio Abaixo, Município de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

a) **QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA** — Deputado

J U S T I F I C A T I V A :

Paralítica desde os doze anos de idade, Maria Tereza Soares precisa permanecer em Curitiba, para tratamento médico e não tem as mínimas condições econômicas para isso.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 192-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) à Maria Tereza Soares, na forma e como especifica".

P A R E C E R

1.) A elaboração da Proposição supra referida atendeu as exigências contidas no art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referido Projeto foi redigido em forma de autorização legislativa e não fere, por outro lado, qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3.) Nestas condições, opinamos pela aprovação da medida proposta.

zz E o parecer.

Sala das Comissões, em 30-11-71

2a) **WILSON BRANDÃO** — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Arthur de Souza

Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 192-71

AUTOR: Dep. Quiélse C. da Silva

Súmula: Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Maria Tereza Soares, residente na localidade de Rio Abaixo, Município de Castro.

P A R E C E R

No Orçamento Geral do Estado, existe verba própria para atendimento dessa natureza. O presente projeto de lei é matéria de caráter autorizatório, não implicando em dispositivos de ordem financeira.

Parecer favorável

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

2a) **Fuad Nacli** — Presidente

João Fadel — Relator

Odilon Reinhardt

Antônio Belinatti.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204-71, de autoria do Dep. Igo Iwanto Losso, que declara de Utilidade Pública o LAR BATISTA PARANAENSE, da cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J.

PROJETO DE LEI Nº 204-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Lar Batista Paranaense com sede em Londrina — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

a) Dep. Igo Iwant Losso

J U S T I F I C A T I V A :

O Lar Batista Paranaense, sito na cidade de Londrina-Paraná, é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, com seus estatutos devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos do 2.º Ofício, conforme faz prova a fotocópia anexo.

A finalidade do mesmo é das mais nobres e cristã, pois visa a assistência social a crianças de ambos os sexos, sem distinção de raça, cor credo religioso ou vinculação política. Os que ali trabalham, são idealistas que nada percebem como Diretores, senão o reconhecimento e a gratidão eterna das crianças que no futuro estarão perfeitamente integrados no meio social.

Declarada já de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 486-59 de 24 de junho de 1951 do Município sede — justo é que o Estado também assim o reconheça, pois que ali são internadas crianças de todo o Estado e de outros, que comprovadamente desamparados ali reencontram o apoio moral, material e espiritual que precisam. Atualmente são 51 (cinquenta e uma) crianças que ali encontram abrigo, mantidos tão somente por contribuições financeiras voluntárias de amigos e admiradores do grande trabalho que realiza o Lar. Sem dar o caráter de "Orfanato de desamparados", mas sim o de "educandário cristão", o Lar Batista é respeitado, reconhecido e apoiado por todos os que querem ver aquelas crianças orientadas no caminho do bem.

Eis as razões primordiais que entendemos justificam plenamente a aprovação do presente Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 204-71

AUTOR: Dep. Igo Losso

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Lar Batista Paranaense, com sede na cidade de Londrina.

P A R E C E R

PROJETO DE LEI Nº 204-71

1) — A iniciativa supra referida foi elaborada nos termos em que dispõe o artigo 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, eis que a mesma vem articulada e justificada.

2) — Referido Projeto, pela sua própria natureza, não fere qualquer dispositivo quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Por outro lado, quanto a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa de seu autor.

3) — Do exame da documentação que acompanha a mesma Proposição, chegamos, ainda, à seguinte conclusão: 1) — a entidade que se pretende declarar de utilidade pública está em funcionamento legalizado junto ao cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competentes; 3) — presta, realmente, serviço à coletividade, de forma desinteressada;

4) — seus diretores não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração e lucro não é distribuído a seus associados. Assim, pois, opinamos pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Arthur de Souza

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Muggiati Filho

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que declara de Utilidade Pública, a Associação Cristã de Moços, desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J.

PROJETO DE LEI Nº 213-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã de Moços, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

a) Dep. Maurício Fruct

J U S T I F I C A T I V A :

A Associação de Moços de Curitiba, filiada a Federação Brasileira de Associações Cristãs de Moços, é acima de tudo um centro de boas amizades num ambiente cristão.

Procura realizar o ambiente da família e se destina ao aperfeiçoamento das condições morais, intelectuais e físicas dos moços, objetivando criar e engrandecer o valor pessoal a serviço da comunidade curitibana e paranaense.

(Anexo: — 1. Estatuto da entidade

2. Relação dos componentes da diortoria

3. Balancete de 1970.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 213-71

AUTOR: Deputado Maurício Fruct

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Cristã de Moços, desta Capital.

P A R E C E R

O Projeto em tela, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruct, está devidamente justificado na forma regimental.

Trata-se de uma entidade destinada a promover, em ambiente sadio e cristão, as boas relações de amizades entre famílias, objetivando o aperfeiçoamento das condições morais e intelectuais dos seus integrantes.

Tem seus estatutos devidamente registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos — 1.º Ofício sob n.º 591 — Livro A em 04-12-69.

Observa-se também pelo referido estatuto, em seus artigos 1.º e 12.º, que a entidade não tem fins lucrativos e seus diretores não são remunerados.

Quanto a sua oportunidade nada à opor.

Por não haver impedimento de ordem legal ou constitucional, o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

Arthur de Souza

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Sebastião R. Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo tome urgentes medidas com relação a situação das serventes da Secretaria de Educação e Cultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando voto de regozijo, pela passagem amanhã, da data que se comemora o Centenário do Club Literário de Paranaguá. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 182-71 e 190-71.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns., 192-71, 204-71 e 213-71.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 6-71.

Levantar-se a Sessão.